



Uma rua de Constantinopla

A cidade de Constantinopla deriva o nome do seu edificador. Foi edificada no anno de 328 pelo imperador Constantino que a enriqueceu com os thesouros da arte; reunidos de todas as partes do mundo romano, e a constituiu rival da antiga cidade de Roma. Os venezianos, capitaneados pelo velho Dandolo, e os francezes a tomaram aos gregos degenerados, accommettendo-a pelo lado do porto em 1204. Cincoenta e sete annos esteve no poder dos francos, até que em 1261 foi retomada pelos gregos, reinando imperador Miguel Paleologo. Foi depois conquistada em 1453 pelos turcos, commandados por Mahomet 2.º, e em poder dos turcos, e como capital da Turquia, se conserva ainda hoje, com quanto mui emphaticamente se tenha dito: *Os turcos estão apenas acampados na Europa!*

Foi primeiramente chamada *Bysantium*, e só tomou o nome de Constantinopla desde que o imperador Constantino alevantou sobre Bizancio a nova e magestosa cidade. Os turcos lhe dão o nome de Stambul, ou Istambul.

Vista do lado do mar, Constantinopla, propriamente dita, assentando sobre sete colinas, que pouco e pouco regularmente se erguem em fórma de amphitheatro, coroada pelos zimbórios de mesquitas e de banhos — entrelaçados com arvores e alguns monumentos: apresenta uma das mais bellas perspectivas do mundo como attestam todos os viajantes. Mas o interior da cidade não corresponde á magnificencia do exterior... A excepção de uma muito extensa rua, que atravessa a cidade quasi desde os altos muros do serralho até a porta de Adrianopolis, todas as demais ruas são estreitas tortuosas, e immundas. Os balcões, ou corpos salientes, em fórma de sacadas *gazebo*, ou *shah-nishins*) teem gelosias, e são tapadas como as janellas dos conventos; e até muitas das casas não teem janellas para a rua, e apenas baixas e estreitas portas. Toda a vida e actividade do interior da cidade concentra-se nos *bazares*. Pela tarde os *cafés* ou lojas de bebidas extraordinariamente numerosas, supposto que pouco vistosos e de exiguas dimensões são muito

concorridos por turcos, armenios, gregos e judeus, fumando todos em compridos cachimbos, e saboreando com delicias suas chavenasinhas de café.

Tambem nalguns sitios de Constantinopla são as casas guarnecidas de assentos de pedra, que permitem aos vizinhos reunir-se na rua junto de suas casas, por volta da tarde, para conversar, ou tratar de seus negocios, — não faltando todavia o cachimbo classico. Sobresae na presente estampa, que representa uma tal scena, — sobresae, dizemos, aquella *attitude* das figuras musulmanas, que é já proverbialmente conhecida, como reveladora da indolencia, de uma certa melancolia e de vago scismar.

Não faltam neste esboço os cães deitados no meio das ruas; e até quasi aos pés dos musulmanos lembrou pintar uma cadella que esta amamentando os seus cachorrinhos.

Todos quantos viajantes não fallado de Constantinopla pintam as ruas daquella cidade povoadas de uma quantidade innumeravel de cães sem dono, que muito incommodam as pessoas que vão passando, sobre tornarem mui immundas as mesmas ruas. Por uma contradicção notavel, não se deixam os musulmanos tocar dos cães, ao passo que não se descuidam de os sustentar e até de lhes preparar alguns commodos nas ruas, nas praças, e maiormente em lugares mais retirados.

Nenhum homem de bom coração ousaria lançar o ridiculo sobre a ternura para com os animaes; mas a civilisação dos nossos dias não consente que aos cães e ás aves de preza esteja incumbida, como tem estado em Constantinopla, o cuidado de expurgar as ruas de uma parte das immundicies que os habitantes para ali arremessam.

A imparcialidade manda observar que tambem a civilisação penetrou já em Constantinopla; e se ainda não operou lá todas as boas transformações que vemos nas cidades policiadas da Europa, vae ao menos contribuindo pouco e pouco para a cessação dos espectaculos repugnantes.

AS CORTES PORTUGUEZAS ANTIGAS

Rápida noticia da sua natureza e constituição: e apontamentos de alguns pedidos dos povos

(Continuado de pag. 140)

VIII

Ficaria incompleta a noticia ácerca das Cortes antigas, se não fôsemos nota de alguns pedidos dos Procuradores dos povos em diversos annos.

Será este o meio de irmos acompanhando o estado da sociedade no correr dos tempos, e de penetrar melhor os beneficios que o governo representativo, imperfeito como era, proporcionava á communidade.

Na resenha que vamos apresentar, teremos occasião de mencionar pedidos, que nos revelam o triste estado da sociedade nos tempos antigos, o vexame que soffriam as classes populares, e maiormente os lavradores; ora a ingenuidade, ora os preconceitos, ora a inexperiencia governativa; e por vezes á nobre franqueza—de gerações diversas que nos precederam:

Creio que não será desagradavel aos leitores curiosos a revista que vamos passar.

É lastimoso o estado de abandono em que os grandes senhores de terras, da ordem do Clero secular e regular, deixavam a cultura dos campos.

Em 1361 pediram os povos providencias para que « os Mestres, Bispos, Priores e Abbades do Senhorio d'El-Rei refizessem (*reconstruissem*) as casas que tinham nas cidades e villas, e fizessem lavrar e afreutar (*produzir fructos*) as herdades e as vinhas hermas que tinham com algumas comarcas, que soyam seer (*costumavam ser*) lavradas e que nom curarom de o fazer. »

Queriam os povos, que no caso de não accudirem aquelles a uma tal necessidade da lavoura se dessem as terras aos conselhos *hu assi as tivessem* (onde estivessem situadas).

Ao soberano pareceu bem este pedido.

— São inauditos os vexames que aos povos faziam os grandes, tanto seculares, como os ecclesiasticos; mas, principalmente, eram opprimidos e esmagados com mil extorsões os infelizes cultivadores da terra.

Os Mestres, Bispos, Priores, Abbades, e bem assim o sequito do Soberano e dos Infantes, não se sujeitavam á distribuição que as Justicias deviam fazer do que respeita a roupas, mantimentos etc. pelos moradores, quando caía sobre as povoações e sobre os campos aquella terrivel praga de hospedes.

Os povos ja se contentavam com que a distribuição se fizesse por intervenção das justicias; mas pediam instantemente que não fossem exactores os interessados.

É curiosissimo o que os povos especificadamente diziam, em quanto á extorsão de palhas e feno que os pobres lavradores tinham em seus palheiros.

— « E outrosi se juntam dez e vinte Azemees dos sobreditos (Mestres, Bispos, Priores etc) e se vam aos palheiros ajuntando-se todos a um palheiro e tomam toda a palha d'elle per tal guisa (*de tal modo*) que nom fica mantimento ao senhorio del pera as bestas e pera o gado, o que se nom faria se se tomasse per mandado de justiça e esso medez (*e isso mesmo*) se faz nas lenhas, gallinhas e capões. » —

Pediam os povos ao soberano, que estabeleces-

se penas que escarmentassem os que tal fizessem. *peia de scarmto aos que esto fezessem sem justicia.*

O soberano respondeu: *Mandamos que as Justicias prendam os que esto fezerem e lho stranhem como no feito couber* — Boa resposta, sem duvida; mas os vexames continuaram por muito tempo, até que a sociedade se assentou em outras e muito diversas bases.

Queixaram-se outrosim os povos de que « os prelados e fidalgos e outras pessoas honradas do senhorio d'El-Rei nos logares em que moram continuamente, e darredor d'elles, quando vam d'hua terra pera a outra, dizem aas nossas Justicias que lhes deem carneiros, galinhas, e outras viandas pela taussaçom (*taxa, preço*) que as dam a El Rei e seus filhos. » — Pediam que o soberano mandasse ás Justicias que aquelles pagassem tudo pelo seu devido valor: *que fezessem pagar por essas viandas aquello que valessem aguisadamente.*

Queixaram-se tambem os povos de que « recebiam agravo dos prelados e meestres, e ordees, fidalgos, e dos outros poderosos que filham (*tomam, apprehendem*) as azemolas para sas carregas (*para suas cargas*, as quaes leem pera lhes carregarem seus mantimentos e de sas bestas avendo nos logares outras que costumadamente ssoem dandar por alugueres. »

Pediam providencias sobre este intoleravel abuso, ordenando que, no caso de terem aquelles taes absoluta precisão de cavalgaduras as pedissem ás justicias, as quaes ou os Anadeis, onde existissem, lhes dariam as que costumavam ser alugadas.

Por exteño registraremos aqui um artigo dos aggravamentos, ou pedidos, que tambem pinta vivamente os vexames que soffriam os lavradores e proprietarios da classe popular:

— « Item aos que diziam ao nonagesimo artigoo que os da nossa terra, recebem agravamentos dos nossos copeiros e dos Infantes e dos outros esses officiaes e seus, porque quando acontece que hão mester vinhos pera as copas pera as rações, encetam as cubas, toneis e taalhas dos que as teem, e nous levam todo esso vinho, e ficam-lhe essas cubas, toneis e taalhas encetadas e nom os podem vender tam azinha (*tão facilmente, tão de pressa*), e perdem o vinho dellas; e os outros officiaes tomam as viandas e leixam de as pagar nos logares hu (*onde*) as tomam, e dam-lhes Alvaraaes, e fazem-lhes hir receber as pagas vinte e trinta leguas d'onde moram; e que as nossas gentes recebiam por ello dampno (*por isso prejuizo*) e que fosse nossa mercè que mandassemos aos ditos copeiros que a cuba, tonel ou taalha que assi encetarem, que a levem até cabo, e os que as viandas comprarem, que as paguem nos logares hu as tomam » —

Até os fructos da terra, que tanto suor custavam ao infeliz lavradór, estavam expostos a devastação de animaes, — de proposito para o entretenimento dos Reis Infantes, e poderosos diversos. É altamente significativo este artigo dos aggravamentos:

— « Item ao que diziam ao 85.º artigoo, que as gentes dos nossos regnos são agravadas na defesa (*prohibição*) que posemos, que nom malassem os veados que se ora tornaram por esta defesa emygos mortaaes dos homens da nossa terra, ca (*por que*) dampnam os fructos porque se hão de manter, por tal guisa que d'elles por estes som

tornados em pobreza e muitas aldeias da nossa terra assi nossas reguengas como outras, hermas e que parecia mui sem razom veer dampnar a vinha ou a lavoira por que se aviam de manter e que lhi custava grande algo a lavrar e a afruitar (*grande trabalho e mortificação em lavrar a terra e recolher os fructos*), e não ousar de tornar hy, e que já por direito se fosse homem que he melhor e de mays nobre condicão e lho fizesse poderia hi tornar, e que fosse nossa merce que alcássemos nos defesa. » —

Mas ainda não bastava tudo isto para tornar infeliz a condicão dos povos; os horrores judi- cialios aggravavam ainda mais a sua desgra- cissima sorte. — Haja vista ao seguinte pedido:

— « Item ao que diziam no 71.º artigo, que al- ghos corregedores e juizes das nossas terras mettem a tormento alghos, mais por informa- çom que ham por alghos que depois saem suspectos, que por seer achado contra elles por feito tanto pera de direitos devam receber esse tormento e pero appellavam sobresto que lhis nom queriam receber a appellaçom, e mui- tas vezes acaecia (*acontecia*) que esses feitos nom saiam verdadeiros contra elles, e mandavamos soltar depois sem pea (*sem pena*), e ficavam já com aquelle dampno e vergonça de tormento; e que fosse nossa merce que lhis mandássemos que não dessem a nenhum tormento senom co- mo é direito commum, e por ordem do Juizo, e que recebessem a appellaçom aos que assi appellassem. » —

Tristes tempos! Muitos seculos haviam de ainda passar, antes de se abolir de todo a barbara e infame *tortura*. Os povos reclamavam então con- tra o atroz abuso que fica indicado; mas não lhes repugnava a desigualdade que na applicação das penas havia. — Muito pelo contrario, encontro um pedido para que os nobres não fossem postos a tormento, senão em casos muito especiaes:

« Item ao que diziam no 88.º artigo como quer que de direito dos Imperadores de cuja linhagem nós descendemos seja stabelecido que os no- bres homens não sejam metudos a tormento salvo em casos assignados, e especiaes; os quaes nobres em nossa terra som e devem seer clerigos filhos dalgo e os homens boos que ham e ouve- rom elles ou seus padres officios publicos na nossa terra e som quantiosos d'armas e cavalos pera nosso serviço e defendimento dos nossos re- gnos: que soia de conter que estes sobredictos eram por nos o mandado metudos a tormentos mayormente de açoutes, de guisa que por esto ficavam defamados, em tanto que já dhi em di- ante nom aviam por homens pera praça nem pe- ra conversar antre boas companhias: que ao nosso serviço e emperamento (*governo*) da nossa terra fazia mester, e pediamos por merce e por hon- ra da santa igreja, e outro si por non creer assi a infamia na nossa terra a que já he referida aos do nosso senhorio nos outros regnos, que taes pessoas fossem scuzadas de taes tormen- tos e semelha viis, salvo nos casos especiaes que os direitos querem. » —

O soberano respondeu, que faria guardar as honras devidas aos nobres: e neste ponto cum- prio-se o promettido; passando para as leis que chegaram até os nossos dias — o insustentavel principio da desigualdade entre fidalgos e peões, no que respeita á penalidade.

— A sociedade estava na infancia; fallavam-lhe todos os meios de communicacão, — todas as fa- cilitades de transitio, de locomocão e de embar- que. Vejam os leitores este pedido dos procura- dores dos povos no já mencionado anno de 1361:

— « Item ao que diziam no 52.º artigo, que os dantre, Tejo e Odiana (*Guadiana*) e do Algarve, e outros muitos do nosso senhorio, recebem gran- de dampno na passagem dantre Lixboa e Almadaa por muitas bestas que se hi perdem, porque por a mayor parte ás barcas som altas e o rio é le- vantado por o vento, e se hi ouvesse dous poios altos que entrassem pelo Rio hum pedaço, hum da parte de Lixboa, e outro da parte de Almadaa por elles ficaria o rio manso; e as bestas desce- riam delle aas barcas que som altas, sem caiom (*sem desastre*) e as mercadorias renderiam a essa passagem mais ameude: e que fosse nossa mer- ce que mandássemos aos concelhos de Lixboa e d'Almadaa que os fizessem, ca elles aviam a prol da passagem, e esto contradisserom os de Lix- boa. » —

Ainda outro exemplo, que bem mostra estar a sociedade daquelles tempos na infancia, e con- demnadas á privacão dos meios mais triviaes de communicacão interna:

— « Item ao que diziam no 77.º artigo, que nos nossos regnos ha barcas de passagees em alghus Rios, assim em Tejo como em outros lo- gares, e os que as hi tragem som tam negligen- tes em nom passar os caminhantes, que d'estes hi ha que jazem hum dia nas ribeiras (*margens*) atendendo (*esperando*) essas barcas, e que levam d'elles tamanho preço por passarem, que é de sa- guisado (*excessivo violento*) e contra o que se cos- tumou nos logares de tempo antigo; e que esto se fazia porque as justicas nom ousavam hy de tornar, porque em alghus logares as barcas eram das Ordees, e nossas; e que fosse nossa merce de pooremos a ello remedio. » —

O soberano reconheceu a justiça do pedidô, e prometteu ordenar ás justicas que fizessem andar as barcas sem interrupção, de sorte que os cami- nhantes não fossem demorados por malicia, — e que providenciassem sobre os preços da pas- sagem, fazendo restituir o que de mais se levasse e acrescentava: « e se alghus poderosos, assi Commendadores, como outras pessoas, esto qui- serem embargar, enviem nolo dizer por scri- pta carta, e nós lho stranharemos como no feito couber. »

Apesar da boa vontade que o soberano mos- trava, o remedio do mal era difficil, em quanto as barcas de passagem fôsem estabelecidas pe- las ordens, pelos Commendadores, etc. Qualquer serviço, filho do privilegio concedido a podero- sos, — qualquer serviço, exercitado em circums- tancias de tempo e de localidade que facilitam os abusos... ha de necessariamente ser prejudi- cial ao publico. Em quanto a passagem dos rios e das ribeiras caudalosas não fosse assegurada pela construcção de pontes, ou não estivesse a cargo dos municipios, ou ainda melhor, da in- dustria particular livre: a commissão e o tran- sitio haviam de ser retardados, e os viandantes teriam dois generos de prejuizos, o da perda de tempo, e o da demasia de despezas.

Fôra não acabar, o fazer a narraçom dos vexa- mes, de diversa natureza, que diferentes classes da sociedade soffriam.

Queixaram-se os povos, de que ás viúvas que passavam a segundas nupcias antes de correr anno e dia depois da morte do primeiro marido, exigiam os mordomos de El-Rei, os rendeiros e outras pessoas revestidas de auctoridade, *certas e desvairadas quantias de dinheiro*. — Pediam que mandasse El-Rei «que esto se nom fizesse, e que pozesse alhuun scarmiento áquelles que esto fizessem.»

O soberano respondeu excellentemente. — «A este artigo respondemos que os nossos moordomos e rendeiros, nem outrem nenhum nos levem d'aqui em diante dellas peia de dinheiros (*pena pecuniaria*) por casarem antes de anno e dia, nem consentam as justicas que os levem dellas. E querendo fazer mercee ao nosso poboo mandamos que por casarem antes do anno e dia nom sejam infamadas taes molheres nem os que com ellas casarem.» —

— Os privilegios com todo o seu odioso, surgiam a todo o instante.

Queixaram-se os povos de que se expediam cartas pela chancellaria, dispensando algumas padeiras de pesár o pão que vendiam, — e as regateiras, da almoteceria; e pediram a el-rei que mandasse «que taes como estas nom gouvissem (*gozassem*) de taes cartas nem as ouvessem daqui endeante.»

— No artigo immediato proseguiremos na en-cetada resenha.

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO

CASTELLO IZABEL NA ILHA DE JERSEY

Additamento

Graças á obsequiosa advertencia de pessoa que já visitou a ilha normanda, e que póde, debruçando-se das muralhas do castello Isabel, ver quebrarem nos rochedos que a cingem as vagas sombrias da Mancha, podemos rectificar um erro que commettemos, relativo a essa fortaleza.

Esse erro consistio em confundirmos o castello Isabel e o castello de Montorgueil, suppondo que este havia tomado o nome da rainha no tempo em que esteve governando a ilha o cavalheiro sir Anthony Pawlet. Não é assim; o castello Isabel foi construido de novo durante o reinado da energica rival de Maria Stuart, e o velho castello de Montorgueil esse lá permanece com as suas muralhas vetustas, onde se póde lér, como em livro de pedra, a historia dessa pequena ilha, durante as épocas do feudalismo.

Quando Cesar estabeleceu momentaneamente, na ilha de Jersey, os arraiaes das suas legiões conquistadoras, levantou, para proteger o acampamento, entre outras fortificações, uma torre de granito que atravessou os seculos, como o vestigio da garra do leão, impressa no rochedo, ao armar o pulo gigante em que passou da Gallia, já bastante misteriosa para os Romanos, á Bretanha, que lhes era quasi completamente desconhecida.

Decorreram seculos; separou-se Jersey da Normandia e ficou presa á Inglaterra, como a chaluça que fluctua sobre as vagas, no sulco traçado pela gigante nave. Começaram as guerras, tão desastrosas para a França, que durante cem annos a tiveram offegante debaixo dos pés de Eduardo III, do Principe Negro, e de Henrique V. Jersey adquirio uma importancia strategica.

A velha torre de Cesar foi levantada das suas ruinas e transformada no castello de Montorgueil.

Alem de fortaleza teve tambem as honras de palacio da justica. Ali se reunia o tribunal do balio, ali era a bastilha, ali o solar do feudalismo oppressor. Diante das suas muralhas torreadas recuou o intrépido Duguesclin; eis a lembrança de gloria. Os seus altivos baluartes affrontaram, durante quatro seculos, a civilisação e a liberdade: eis a memoria maldita.

Em 1461, o castello, que resistira ao condestavel bretão, succumbio diante do senescal normando, Pedro de Brézé, conde de Maulevrier. Seis annos estiveram os francezes de posse do castello e das parochias occidentaes da ilha. Em 1467 foram expulsos pelo inglez Harliston, que augmentou as fortificações de Montorgueil, construindo ao norte da primeira porta do castello uma torre que tomou o nome do fundador, e que hoje existe em ruinas.

Em seguida houve para a ilha uma época tumultuosa, principalmente durante os reinados de Henrique VII, Henrique VIII, Maria Tudor, e os princípios do de Isabel. O castello de Montorgueil desempenhou nessas discordias um papel mais ou menos importante, ora como fortaleza, ora como masmorra. A Bastilha de Jersey tinha calabouços infectos, carceres terriveis sem ar e sem luz, cujas ruinas ainda hoje subsistem, vivas testemunhas dessas épocas de oppressão.

Mas a aurora da liberdade começava a raiar para o mundo, e (coisa notavel!) foi a pequena ilha de Jersey uma das terras em que ella primeiro alvoreceu. A rainha Isabel concedeu a Jersey uma especie de constituição que garantia aos habitantes grandes immunidades, que cerceava as prepotencias do governador, e que abolia uns restos de feudalismo que teimavam em opprimir os infelizes ilhéos.

Nos fins do seculo XVII um verdadeiro e energico patriota, João Héruault obteve do governo que o povo de Jersey tivesse a prerogativa de eleger os seus magistrados e os seus juizes. Desde então a ilha normanda ficou sendo verdadeiramente uma terra livre, conservando-se tão isenta da Inglaterra quanto a união lho permitia, e tendo a sua legislação propria e até mesmo uma especie de parlamento proprio.

O castello de Montorgueil com as suas frestas ogivaes, as suas torres abaluartadas, e os seus carceres tenebrosos, foi abandonado desde que deixou de ser o antro donde o governador, abutre empoleirado no seu ninho de rocha, fascinava com o seu olhar a cidadinha de Saint-Helier, receiosa sempre das implacaveis garras dos emisarios do regio poder.

Ao mesmo tempo que o castello de Montorgueil desaparecia da historia de Jersey, apparecia, como que a substituiu-o, o castello Isabel, com as suas altas chaminés á Luiz XIII e o seu castello garrido. Os canhões dos seus baluartes abrigavam o proscripto Carlos Stuart, honra que de certo o castello de Montorgueil reclamaria, se nessa época não estivesse já posto de banda.

Essa desaparición dum castello da scena da historia, e a apparição d'outro, cuja construcção não encontrava apontada no livro que consultei de preferencia e que foi a *Normandie inconnue* de Francisco Victor Hugo, livro aliás tão minucioso, fez-me suppor que o castello Isabel não se-

ria mais do que o antigo solar do feudalismo, refeito e amodernado no tempo da filha de Henrique VIII.

Esta minha supposição gratuita consignei-a um tanto levemente no artigo como um facto adquirido. Valeu-me isso o obsequioso aviso do meu correspondente, aviso que agradeço aqui em publico, visto não o poder fazer d'outra maneira, por ter conservado os véos do anonymo a pessoa que me fez a honra de se me dirigir.

Sei apenas que visitou a ilha de Jersey, porque me diz ter passado horas agradaveis nos dois castellos que eu numa pennada reduzi a um só. Não o deve isso impedir de ser indulgente para com os que escrevem de longe, sem terem outro guia senão um ou outro livro muitas vezes fallivel. Que diremos então desses viajantes estrangeiros que visitam Portugal, que o percorrem, e que vão depois escrever a nosso respeito tantos absurdos e tantas inexactidões?

M. PINHEIRO CHAGAS.



O abbade dos Benedictinos

De um poema comico do poeta inglez Chaucer, destinado a descrever a vida e os costumes dos monges do seu tempo, é tirado o quadro que a nossa estampa representa.

Nasceu Chaucer no anno de 1328, e falleceu no de 1400; vivendo assim nos reinados de Eduardo III e de Ricardo II de Inglaterra.

A vida de Chaucer apresenta uma variedade de phases, que nos levaria muito tempo a referir.

Diremos, em substancia, que frequentou Chaucer os estudos superiores do seu tempo em Cambridge, em Oxford, e até em Paris, como querem alguns dos seus biographos. Teve na cõrte de Eduardo III grande acceitação; foi encarregado de missões politicas á Italia e á França; soffreu depois perseguição no reinado de Ricardo II, a qual o obrigou a refugiar-se no Continente; e, em voltando á Inglaterra foi preso na torre de Londres; e, finalmente, sendo depois posto em

liberdade, acolheu-se ao retiro da vida particular nos ultimos dez annos da sua existencia.

A propósito de outro quadro que opportunamente havemos de apresentar, addicionaremos outras noticias a respeito do famoso Chaucer. Aqui fallaremos especialmente do assumpto da nossa estampa.

No tempo do poeta inglez, e até a extincção das Ordens religiosas em Inglaterra, os Benedictinos gosavam de grandes riquezas; estavam rodeados de conforto e de luxo; e passavam uma vida de principes no meio de todas as distrações mundanas, e de todos os divertimentos que os privilegiados da terra desfructavam naquellas eras. Assim do mesmo modo que os nobres e opulentos senhores inglezes, entregavam-se os Benedictinos á paixão da caça, e esmeravam-se em ter um numeroso trem de cavallos, cães, monteiros, picadores, etc., cuidando sollicitos em so-

brepujaros poderosos seculares, nesta manifestação orgulhosa de sumptuosidade. Vêde na nossa estampa o nédio abbade benedictino afagando um dos predilectos da sua mantilha e escutando com maliciosa alegria o segredar de um monge!

Poderieis crer que Chaucer exagerava a sua critica, mas reparaç no que disse o celebre Gibbon: «Eu ouvi ou li algures uma confissão franca de um abbade Benedictino: *O meu voto de pobreza deu-me 100,000 coroas por anno; o meu voto de obediencia alevantou-me à condição de um principe soberano.*»

A NOIVA DO CADAFALSO

(Episodio da guerra do Roussillon)

(Continuado de pag 155)

VI

A derrota de 1 de maio

Nessa mesma noite foi Edmée de Montlac para a sua casa de Ceret; uma creada, já confidente destes juvenis amores, e dedicada sinceramente á sua gentil senhora, ouvio, com espanto, por noite velha, baterem á porta da habitação de que ella, com seu marido e filhos, ficára sendo a guarda. Não podendo perder a esperança de regressar em breve á patria, o duque de Montlac tomára, saindo de sua casa, todas as providencias que tomaria se tivesse simplesmente que partir para uma viagem de recreio. Deixára ficar tudo no mesmo estado afim de que, logo que soubesse da marcha dos alliados sobre Paris, pudesse elle entrar no territorio francez, e tomar posse da sua residencia senhorial, no meio das aclamações entusiasticas dos seus vassallos do Roussillon.

Gaspar da Silveira acompanhou Edmée até a porta. Estava então debaixo do commando de Gomes Freire de Andrade, que lhe consagrara muito affecto, e que promettera interessar-se pela situação dos dois namorados, começando por dar ao joven alferes as licenças necessarias para poder visitar a sua noiva. O casamento, para o qual forçosamente se obteria licença d's duques, depois do succedido, esperavam que pudesse realizar-se antes de dois mezes. Estas esperanças, estes projectos de futuro iam-nos elles confiando um do outro, no trajecto, enquanto os cavallos, desanimados pelo negrume da noite e pela chuva, caminhavam lentamente, de orelha baixa, e faziam resoar o ecco dos seus passos na amplidão da planicie, envolta em lugubre véo. Gaspar e Edmée esses nem viam as trevas, nem sentiam a chuva. Para elles, a noite era verdadeiramente uma noite de primavera, uma noite de abril. O amor azulava-lhes e estrellava-lhes o céu negro e toldado, e enchia-lhes de fragrancia e melodia o ambiente lobrego e solturno.

Assim chegaram á porta da casa de Montlac. Bateram, e, como já disse, veio abrir-lhes a porta a creada que ficára como louca de alegria quando, depois dum largo parlamentar, afinal reconhecera a sua joven ama. O marido da creada veio, tonto de somno, tomar conta do cavallo; os filhos, uns com candieiros na mão, outros com

castiças, mostravam as suas cabecinhas louras, espreitando, curiosos, a appareição daquelles dois guapos cavalleiros.—

Edmée apeiou-se, e, voltando-se, estendeu a mão ao seu noivo. Este deu um grito de espanto e de terror. A pobre menina estava horriavelmente pallida e lagrimas silenciosas lhe corriam dos olhos.

— Não te assustes, disse ella procurando sorrir e reprimindo a custo os soluços. É a influencia desta noite sombria.

— Sombria? tornou Gaspar, que julgava ter por cima da cabeça um céu em que resplandeciam as estrellas divinaes, que o amor lhe accendera no coração, e que pareciam ter-se reflectido no firmamento.

— Sombria, sim, tornou Edmée com tristeza; illuminára-ma a tua presença, e o nosso louco devanear; mas agora que entro sosinha nessa casa donde saí, amparada no braço maternal, parece-me que o olhar de Deus se desvia de mim, e que não sinto ao lado o meu anjo da guarda.

— Porque outro seraphim tão meigo como elle, te protege com as brancas azas, o seraphim dos amores, o paranymphe nupcial.

— Nupcial... murmurou ella deixando cair a cabeça sobre o peito, que tristes nupcias serão as nossas! Entre os horrores da guerra, e longe de minha mão!

— Julgas que ella, ao primeiro aviso que receber, não virá trazer-te o seu perdão, e santificar o nosso casto jubilo?

— Talvez, suspirou Edmée com desalento.

E Gaspar tentava animal-a. Mas a influencia lugubre da noite pesava sobre elle, e esfriava todas as suas palavras.

Dez vezes se despedio della, e dez vezes, com o rosto banhado de lagrimas, voltou a apertal-a ao peito, a beijar-lhe os cabellos, e a beber-lhe nas faces as perolas do pranto.

Afinal tomou uma resolução decisiva, e, montando a cavallo, cravou as esporas nas ilhargas do brioso coreel.

— *Adieu!* bradou Edmée num soluço.

— *Au revoir,* respondeu alegremente o joven official.

E partio a galope.

Ella soltou um grito, e, caindo nos braços da creada que voltava para lhe dizer que tinha o quarto preparado, exclamou entre soluços que já não procurava reprimir:

— Oh! não o torno a ver.

Debalde a pobre camponeza, misturando com as della as suas lagrimas, procurou consolal-a. O céu estava sombrio, a chuva caia gelida e incessante, o rio murmurava surdamente batendo nos arcos da ponte, e um atroz presentimento envolvia, como um negro véo, o coração de Edmée.

Atravessou silenciosa os aposentos; quando entrou no seu despedio com um gesto a creada. O lume do fogão espalhava no quarto uma doce alegria, mirando as suas chammas rubras nos espelhos dourados. Mas o vidro polido reflectio,

durante a noite longa e invernal o vulto da pallida creança ajoelhada e chorosa aos pés dum crucifixo.

A chuva batia nos vidros, o vento gemia lugubrememente. e só aos primeiros clarões duma alvorada tristissima, a pobre menina adormeceu, sentada junto da meza, com a fronte encostada ás mãos, e murmurando:

— Gaspar... Minha mãe!

M. PINHEIRO CHAGAS

Continúa)

UMA OBRA DO SEculo IX

Chronicon alheldense

(Continuadê de pag. 154)

27. Tudis, reinou XVII annos. Apesar de he-reje, deu a paz á Igreja, e permittio que os bispos celebrassem concilios na cidade Toletana. Em Spania alcançou vantagens na guerra contra os reis Francos, e um louco fingido o assassinou em seu palacio, sendo Imperador Justiniano.

28. Teudiselo, reinou I anno. Havendo manchado o thalamo de muitos e projectado dar-lhes a morte, foi degolado em Spali, estando em um banquete, e sendo Imperador Justiniano.

29. Agila, reinou V annos. Pelejando perto de Cordoba, e profanando em desprezo de Christo o sepulchro do santo martyr Acisclo, perdeu ali seu filho, que foi morto com muitos dos seus, e todo o thesouro real. Refugiou-se em Merida, e ali lhe deram a morte os seus no imperio de Justiniano.

30. Atanagildo, reinou XIV annos. Guerreou muito tempo contra os soldados do Imperador Justiniano, que vieram em seu auxilio contra Agilano, e destruiu-os. Falleceu de morte natural em Toledo.

31. Liuva, reinou III annos em Narbona, e deu o governo de Spania a seu irmão Leovigildo, conservando o das Gallias.

32. Leovigildo, reinou na Gallia e na Spania XVIII annos. Ardente defensor da heresia Arriana, perseguio os Catholicos e tirou á Igreja os seus privilegios. Foi tyranno para com os seus, condemnou por capricho muitos poderosos, venceu os Suevos, e unio o reino Godo ao de Galecia. Foi o primeiro que pôz o manto real e se assentou no throno. Fundou uma cidade na Celtiberia, e deu-lhe o nome de Recópolis. Corrigio, antes disto, as leis Godas. Morreu de enfermidade em Toledo, sendo imperador Mauricio.

(Continúa)

O famoso Antonio Perez, fallando dos favores e mercês que um grande principe fazia, disse:

Hace las gracias con tanta liberalidad, que abre primero la mano para hacerlas que el que las pide para recibirlas.

SECÇÃO BIBLIOGRAPHICA

Cavar em ruínas — por Camillo Castello Branco
1 volume.

Depois de ter estudado em todas as suas feições a sociedade contemporanea, o nosso grande romancista voltou os olhos para o passado, e pro-

cure desentranhar das minas da historia o muito oiro que por lá se encontra, que lá despresado jaz, mas que amplamente recompensa quem se dá ao enfadoso trabalho de revolver chronicas velhas, de manusear ponderosos in-folios, de se embrenhar nos periodos intrincados de escriptores que nem todos possuem, estejam os leitores disso convencidos, o magico estylo de fr. Luiz de Sousa ou a phrase pomposa e vehemente de Antonio Vieira.

O desprezo que alguns dos nossos modernos escriptores consagram á historia portugueza temnos privado de muitos quadros brilhantes, que, aliás, abundam nas paginas dos nossos annaes. Nós lemos a historia franceza nos livros amenos da actualidade, e achamol-a cheia de interesse, abundante de episodios magnificos, de typos originaes. A historia portugueza, como jaz enterrada nos alfarrabios pulverulentos de nossos avós, julgamol a, pelo contrario, tediosa e falha de interesse romantico, sem pensarmos que os factos da historia franceza, que tanto nos enlevam, estavam tambem primitivamente compendiados em livros de não menos pesadume, de não menos fastidiosa leitura, e que foi necessario arrancal-os de lá, vestil-os com as galas do estylo moderno, trazel-os á luz da critica do nosso tempo para que pompeiassem esse matiz que nos deslumbra.

O sr. Camillo Castello-Branco percebeu isso mesmo, e, ha tempos a esta parte, de todo se entregou á exploração dessa abundante mina. O resultado desse trabalho foram em primeiro lugar tres ou quatro romances historicos taes como o *Judeu*, o *Olho de Vidro*, o *Santo da montanha* etc, e em ultimo lugar um livro que, emquanto a mim, os sobreleva em merito, e que, é esse *Cavar em ruínas* de que vou fallar aos leitores do *Panorama*.

Collecção de estudos historicos, feitos sobre diversas epocas, falta-lhes, de certo, o interesse do romance, o quadro pittoresco, o desenvolvimento da paixão, o desenho dos caracteres, mas tambem, não tendo que attender ás exigencias do enredo dum romance, não possui os defeitos que traz consigo a falta do cumprimento dalgumas condições desse genero. Por outro lado, nos rapidos esbocos o lapis de Camillo Castello-Branco é tão finamente satyrico, o estylo pompeia tantas galas, a veia do folhetinista mostra-se com tanta exuberancia que a attenção do leitor prende-se irresistivelmente e vae de quadro em quadro chegando ao fim do volume, captivado não só do interesse dos episodios que o romancista nos apresenta, mas tambem da originalidade do estylo, e do esplendor da pintura.

Depois dum estudo humoristico sobre as *moscas* encontra o leitor um artigo intitulado *Frades, ursos, e um duque de Bragança*. É um curioso episodio da vida daquelle D. Jayme de Bragança, Othello beato tão conhecido na nossa historia pelo assassinio de sua esposa, victima innocente ou culpada, mas em todo o caso supremamente infeliz dos zelos do principe. Segue-se depois um estudo sobre o *Primeiro inquisidor portuguez*. Foi Diogo da Silva este primeiro inquisidor e, por um acaso notavel, foi homem de bem e mais ainda, homem de bom senso, que tentou modificar, já que essa planta nefasta fôra transplantada para Portugal, a sua indole venenosa. Infelizmente

os seus successores não lhe seguiram o exemplo, e a inquisição foi aqui, do mesmo modo que em Hespanha, um tribunal de sangue.

Uma epistola de Garrett e o Porto é o titulo do artigo immediato. Nelle se explicam com summa graça os motivos porque os Portuenses consagravam ao seu illustre patricio um odio que se traduzio na rejeição que fizeram da sua candidatura, quando o grande escriptor se propoz a deputado pela cidade invicta. Voltando depois a epochas mais remotas historia brevemente Camillo Castello-Branco a fundação do *Mosteiro de Lessa* num artigo assim intitulado. Em seguida, folheando a *Chronica de S. Domingos*, de fr. Luiz de Sousa, encontra o nosso grande romancista o caso dum fr. João Lopes, por quem se apaixonou uma senhora de Goa, e que resistio intrepidamente, como o casto José, ás tentações da Putiphar indiana, Camillo desenvolvendo o chiste que todos lhe reconhecemos, transforma a historia beata num engraçadissimo folhetim.

No artigo immediato, que se denomina a *Vida Picaresca*, falla Camillo Castello-Branco num poema, quasi desconhecido, dum dos nossos poetas burlescos de mais chiste e engenho, um Diogo de Sousa, auctor da *Jornada de Diogo Camacho ás côrtes do Parnaso*, poemeto sobre o qual a pessoa que escreve estas linhas esboçou um rapido estudo nos folhetins do *Jornal do Commercio*.

O Bispo e a Misericordia do Porto é a narração dum episodio que daria a Antonio Diniz assumpto para segundo *Hyssope*. Não perdeu a historia das graves dissidencias de D. José Maria da Fonseca Evora e da Misericordia Portuense em ser contada na prosa de Camillo Castello-Branco em vez de ter a honra de inspirar uns poucos de cantos ao satyrico desembargador.

O habito de fr. Diogo é um dos muitos folhetins em que abunda o livro. Tem apenas quatro paginas, mas nellas está derramada profusamente a pilheria tanto mais graciosa quanto mais se disfarça debaixo duma supposta apparencia de gravidade.

Depois dos *Sinceraes de Coimbra*, onde o auctor mostra, com umas poucas de citações, que a belleza dos campos da rainha do Mondego foi apreciada e sentida pelos proprios frades, por mais que a poesia pareça andar arredada dos theologos infolio que elles deram á luz vem o artigo intitulado o *Forra-Gaitas*, que é uma dessas tenebrosas historias, como facilmente as encontra quem folhear os atrocissimos annaes da nossa inquisição.

Com o titulo de *Versos a Joanninha e á Lua* escreve Camillo Castello-Branco sobre um poeta do seculo XVII, Francisco de França Henriques, o qual não deixa de ter uma certa originalidade, e o que é mais, parece que previo na sua poesia á lua uma das extravagancias mais applaudidas do começo do romanismo a *Ballade à la lune* de Alfredo de Musset.

Diz Camillo o seguinte:

«Vejam agora a originalidade dos versos á lua. Nem antes nem depois de Francisco da França a doce amada dos poetas foi tão posta em riso.»

Engano. Veio depois Alfredo de Musset que seguiu as pizadas do nosso compatriota. Mas este ficou sepultado na obscuridade, aquelle foi applaudido como um dos primeiros poetas do seculo XIX.

Diz Francisco da França:

A ti digo dona Lua,
Que nos lagos te retratas,
Pareces olho de cego
Coberto de calaratas.

.....

Pois que és tu? Candeia enorme
Que passeias polo a polo,
Servindo brancos e negros
Á mercê d'esperto e tolo.

.....

Ao alcastruz d'uma nora
Te comparo, ó lua, quando,
Ora em cheio, ora em vasio,
Essa bola vais rolando.

Diz Alfredo de Musset:

Lune, quel'esprit sombre
Promène au bout d'un fil
Dans l'ombre
Ta face et ton profil?

Est tu l'œil du ciel borgne?
Quel chérubin cafarde
Te lorgne
Sous ton masque blafard?

N'es-tu rien qu'une boule,
Qu'un grand faucheur bien gras
Qui roule
Sans pattes et sans bras?

Nihil novum sub sole! Muito espantaria Alfredo de Musset quem lhe dissesse que não fora original numa ballada que produziu quasi escandalo pela originalidade.

Com o titulo de *Aviso aos Adulteros e Outro aviso* vem duas historietas, uma comica outra dramatica, extraidas de auctores graves e massadores e transformadas em romances interessantes, graças á pedra philosophal, que se esconde no estylo de Camillo Castello-Branco.

Um sermão de Santa Maria Magdalena encerra alguns formosos extractos dum sermão do seculo XVI. *O que são os ventos* é uma chistosa analyse das extravagancias que se conteem num livro do seculo passado que tem o nome de *Fenix das tempestades*. Com o engraçado titulo de *Mephistopheles e Maria Antonia* vem a historia duma supposta feiticeira condemnada no seculo passado pela Santa Inquisição.

Com um artigo intitulado *O meu condiscipulo*, sentida commemoração dum amigo do auctor que se suicidou, finda este livro realmente cheio de interesse. *Cavar em ruinas* se chama, porem é um cavar em ruinas onde os nossos antigos esconderam muito ouro bom, envolto em fezes, é verdade, mas Camillo Castello-Branco, sacando-o á luz do dia, despio-o das materias terrosas, e apresentou-o aos leitores fulvo e resplandecente.

Assim fizessem outros, e pouco a pouco ir-nos hiamos costumando a acreditar que a nossa historia não é tão falha de episodios desenfasteados como se cuida.

M. PINHEIRO CHAGAS.